ANC 88
Pasta 80/81
051/1980

16 JUL 1980

CORREIO BRAZILIENSE

Assembléia

Constituinte em 82 só a golpe de força

João Linhares diz que proposta do PMDB é utópica

"Só um golpe de força viabilizará a implantação de uma Assembléia Nacional Constituinte antes de 1982", opinou ontem o líder em exercício do PP na Câmara, deputado João Linhares (SC). Segundo ele, a proposta do PMDB de convocar em janeiro de 1981 uma Constituinte não se sustenta dentro da ordem constitucional vigente. Nem o Congresso, nem o Presidente da República têm poderes para considerar extintos os atuais mandatos dos parlamentares, fato que impede, conforme Linhares, a convocação da Assembléia sem que haja antes ruptura da ordem vigente.

"As constituintes são filhas das revoluções", considerou o vice-líder do PP. Assim sendo, só enxerga uma saída intermediária: a aprovação de uma emenda constitucional que considere o Congresso a ser eleito em 82 uma Constituinte, resguardando-se, contudo, seus poderes ordinários. A medida, no entanto, incluiria entre os futuros constituintes os atuais senadores biônicos, cujos mandatos só se extinguirão em 1986. Essa distorção, segundo Linhares, não há como corrigir, já que aqueles senadores têm direito adquirido, conforme reza a Constituição.

O PP, no entanto, ressalva Linhares, considera imporante um reordenamento jurídico da Nação. Acha, em tese, procedente a proposta do PMDB. Más prefere reciocinar em cima de fatos concretos. E não vê como tornar viável a iniciativa peemedebista. Sugere, pois, que o atual Congresso dê seqüência às reformas constitucionais, a começar pela aprovação da emenda Flávio Marcílio, que devolve à instituição parlamentar algumas de suas prerrogativas.

Convocar uma Constituinte - diz Linhares - sob a égide da Lei de Imprensa, da emenda nº 1, da Lei Falcão e da Lei de Segurança Nacional desfigurará a representatividade. Com todas essas bitolas, pouco seria feito.

Em face disso, Linhares endossa a tese de outro vice-líder do PP, deputado Walber Guimarães (PR), que sugere a criação de uma comissão mista especial, de caráter apartidário, no âmbito do Congresso, destinada a retirar da Constituição de 67 os dispositivos arbitrários e rever todas as leis oriundas do período de exceção. Esta comissão disporia de 30 dias úteis para trabalhar, apresentando, ao final, um projeto de emenda abrangente à Constituição, que teria tramitação especial.

Linhares acredita que o próprio Governo deveria tomar a iniciativa de, através de seu partido, convocar essa comissão. Com isto, estaria dando provas de sinceridade em seu projeto de abertura política.

UTOPIA

De sua parte, o deputado Carlos Wilson, do PP de Pernambuco, acha que o ideal seria a dissolução do atual Congresso para que fosse eleita a Constituinte. Contudo, ressalva, trata-se de tese irreal porque "ninguém abrirá mão de seus mandatos, principalmente oos senadores biônicos".

Por isso, é de opinião que a medida mais viável, embora a médio prazo, é da delegação de poderes de Assembléia Nacional Constituinte ao Congresso a ser eleito em 82. Concordando também com a proposta do vice-líder Walber Guimarães, Wilson frisa que o futuro Congresso teria então, um ano para elaborar uma nova Carta que correspondesse ao pacto social que a Nação está a exigir, sem prejuízo de suas atribuições legislativas ordinárinárias.

Deputado governista defende plebiscito

O deputado Rafael Baldacci (PDS—SP), defendeu, ontem, a realização de um plebiscito destinado à reforma da atual Legislação Eleitoral, "onde o povo possa dizer como quer votar, e dentro do sistema que houver escolhido eleger um novo Congresso com legitimidade suficiente para cumprir a missão constituinte".

Baldacci, que é favorável à adoção do voto distrital no Brasil, como instrumento "válido" de aproximação entre o candidato e o eleitor, não vê, no Congresso atual, autoridade para votar qualquer tipo de reforma na Legislação Eleitoral, "porque, votando em causa própria, a maioria dos parlamentares optaria pela rejeição de alterações que pudessem prejudicá - los eleitoralmente".

Por isso mesmo, defende o deputado paulista a realização de uma campanha de esclarecimento público a respeito do assunto, seguida por um plebiscito nacional onde o povo possa escolher como eleger os seus representantes.

As próprias prerrogativas do Legislativo, na opinião de Baldacci, retornariam naturalmente, na medida em que os parlamentares passassem a ter o respaldo popular com o qual não contam hoje.

LANÇANDO CANDIDATO

O deputado Rafael Baldacci admitiu ontem a possibilidade de a bancada paulista do PDS vir a lançar um candidato à Presidência da Câmara, dependendo de entendimentos a serem realizados com outras bancadas. De qualquer forma, garantiu que os deputados ainda não se definiram em torno de qualquer nome, o que entretanto poderá ocorrer até o final de agosto.

Segundo Baldacci, sua bancada já se reuniu para discutir o problema da sucessão na Câmara, ocasião em que ficou definida a intenção de pleitear a Presidência da Casa.

"A Constituinte não é, no momento, idéia que una os brasileiros e, apesar da intensa pregação oposicionista, ela não está sensibilizando a opinião pública. O povo está preocupado é com a inflação e a alta do custo de vida e interessado em que as medidas adotadas pelo governo produzam os resutlados esperados".

A afirmação foi feita, ontem, pelo secretário - geral do PDS, Prisco Viana, que retornou de viagem ao Exterior. Ele descartou, por outro lado, a necessidade da convocação de uma Constituinte, dizendo que o quadro constitucional e político do país não apresenta qualquer dos pressupostos clássicos para isso.

As instituições estão funcionando normalmente e, através do poder constituinte de que dispõe o Congresso Nacional, estão se fazendo as reformas constitucionais necessárias - afirmou.

Embora admita que algumas dessas reformas tenham um caráter restrito, Prisco Viana argumentou que, em contrapartida, outras são mais amplas. "Certamente mais adiante, no desfeho do processo de abertura, e pela mesma sistemática, a reforma definitiva que adapte as regras constitucionais à nova realidade do país, terá oportunidade de ser feita".

TUMULTO

"Uma Assembléia Nacional Constituinte agora seria "tumultuar o processo de abertura política por que passa o País, desde quando teríamos de dissolver o Congresso, convocar eleições gerais, além de suspender os mandatos dos governadores e prefeitos e, talvez, até o do Presidente da República", afirmou, ontem, em Aracaju, o senador Passos Porto (PDS - SE).

PDT acha que João convoca antes de 82

O deputado Getúlio Dias, do PDT, disse, ontem, considerar "provável" que o presidente Figueiredo convoque a Constituinte antes de 1982, com a conseqüente dissolução do atual Congresso, para evitar que se agravem ainda mais as condições políticas que resultam da crise econômico-social.

Entende o representante gaúcho que a análise sobre a viabilidade ou não da Constituinte não deve ser feita a partir de manifestações contrárias que têm surgido em setores situacionistas ou dos reparos feitos à tese do âmbito da própria oposição parlamentar. A tese, a seu ver, tende a ganhar força junto à opinião pública, podendo chegar a um ponto tal, capaz de colocar em segundo plano o posicionamento dos congressistas.

Diante desse raciocínio, Getúlio Dias acha que não pode ser considerada irrealista a idéia de dissolução do atual Congresso, solução com a qual ele concorda.

"Ninguém pode desprezar, por exemplo, a crescente força da Igreja, que saiu ainda mais fortalecida agora com a visita do Papa e, a essa altura, ninguém mais tem dúvidas de que a Igreja realmente deseja transformações profundas que somente poderão ser alcançadas através de uma Constituinte".

POLITICADA

O deputado Carlos Wilson, da representação do Partido Popular do Estado de Pernambuco, estranhava ontem o fato do seu partido continuar sendo o mais patrulhado "por setores do PMDB, que continuam classificando de linha auxiliar do governo". A seu ver, tal classificação não tem fundamento, "uma vez que o PP já deixou evidente, em seu comportamento dentro e fora do Congresso, que é uma agremiação nitidamente de Oposição".

Depois de afirmar não existir indício algum de que o PP esteja fazendo acordos com o partido oficial, observou que idêntico comportamento não pode ser creditado ao PMDB, "em face das notícias dando conta de que líderes regionais do PDS em vários Estados, - a começar pelo Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, aceitam coligação com o PMDB para enfrentarem o partido popular".

Segundo ele, em Minas Gerais também se fala no apoio do PDS a candidatura do senador Itamar Franco (PMDB), também contra os candidatos do PP, principalmente o senador Tancredo Neves. Da mesma forma, no Ceará também se fala no apoio do governador Virgílio Távora à candidatura do senador Mauro Benevides, do PMDB, contra a candidatura do deputado Figueiredo Correia, do PP, ao governo daquele Estado.

Do que estão falando?

FERNANDO LEMOS

Nunca tantos falaram tanto sem saber do que estão falando. O assunto: Constituinte. O Governo, via PDS, e através de seus porta-vozes autorizados, dizendo que o atual Congresso, e o próximo que vier a ser eleito em 82, já têm intrinsecamente "poderes constituintes", desde que se reduziu o "quorum" necessário para aprovar emendas à Constituição: o PMDB quer uma Constituinte eleita em 81, com a finalidade única de redigir e aprovar uma nova Constituição, dissolvendo-se em seguida, abrindo caminho para um Congresso que inaugurara a nova fase institucional: o PP defendendo uma alteração da Constituição, ainda este ano, que dê ao Congresso a ser eleito 82 poderes constituintes, sem prejuízo de seu trabalho legislativo ordinário.

Todos estão falando de coisas impossíveis, inviáveis ou absolutamente inúteis. Só o PT joga na certa, quando nega-se sequer a tocar no assunto. É pura perda de tempo, é fazer o jogo dos que querem manter os parlamentares, representantes do povo, silenciados diante dos graves problemas nacionais, admirando o próprio umbigo. Vamos por partes:

A proposta do PMDB é impossível de ser concretizada por um motivo muito simples: ninguém, nem o Presidente da República, nem o Judiciário, nem o Congresso, tem o poder de dissolver o Parlamento, extinguindo os mandatos dos senadores eleitos em 78, inclusive os "biônicos". Só uma emenda à Constituição poderia criar condições para uma Constituinte real, o que é impraticável, porque depende de votos do PDS, que não serão dados em nenhuma hipótese. Conclusão: o PMDB, está ganhando munição, e desviando energia de problemas mais sérios.

A proposta do PP é inútil: mesmo que uma improvável emenda à Constituição permitisse que o próximo Congresso fosse eleito com poderes constituintes implícitos, os senadores eleitos em 78, inclusive os "biônicos" (alguns hoje na Oposição), manteriam seus mandatos. O que assegura ao PDS, o partido do Governo, maioria no Senado - ainda que leve a maior surra do mundo nas eleições de 82 - conseqüentemente o poder de vetar qualquer proposta, embora não posssa aprovar o que queira. Portanto será a Constituinte mais estranha da história das democracias ocidentais: imobilizada pela maioria do Senado, sem a qual nada se torna lei. Conclusão: o PP chove no molhado.

O argumento do PDS é malandro, mas também não leva a lugar nenhum: Pelos mesmos motivos: o atual Congresso teoricamente detém poderes constituintes, mas através de sua maioria dócil no Senado o Governo veta o que quiser: por exemplo, que achou que atenta contra a segurança nacional. Meu Deus, João Cunha está sendo processados com base na Lei de Segurança Nacional por ter dito em plenário que há militares corruptos: Lula foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional por comandar uma greve por melhores condições de trabalho e salários mais dignos. A Lei de Segurança Nacional serve para tudo. Há de servir, também, para vetar qualquer tentativa de liberalização dos preceitos constitucionais. O Congresso de 82, pelos mesmos motivos, já que o PDS continuaria com a maioria no Senado (os mandatos vão até 86), pronto para vetar qualquer iniciativa que não agrade ao Poder Executivo. O Governo faz jogo duro. Quando ele diz que o Congresso atual, ou o próximo a ser eleito, detém poderes constituintes, leia-se: o Governo mantém controle sobre a Constituição, e fixa os limites que não devem ser ultrapassados. Ou seja: joga os demais partidos num beco sem saída.

Enquanto isso, fala-se em mudanças na política salarial, empurra-se goela adentro do Congresso um novo (e draconiano) Estatuto dos Estrangeiros, toca-se para frente o programa nuclear, arranha-se os 100% de inflação: processa-se dois deputados e periga a ênfase à agricultura. O que fazer? Dar um tiro no coco?

Tudo foi bem calculado

Os cálculos foram feitos cuidadosamente, quando o Governo elaborou o "pacote de abril", para que o Governo não perdesse a maioria do Senado, portanto mantendo o poder de veto, até o final do Governo Figueiredo (isso durante o Governo Geisel). O número de "biônicos", os senadores diretos, tudo foi calculado.

Vamos a eles (os cálculos): nas eleições de 82, serão disputadas 23 cadeiras do Senado, 14 delas pertencentes, hoje, ao PMDB.

Dos senadores que continuam, "35 são do PDS, 21 deles "biônicos". Mesmo na hipótese absurda do PDS não eleger nenhum senador em 82, a maioria estará mantida. É bom lembrar, como tem repetido sempre o líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, um dos que terminam seu mandato em 82, que quem quiser aprovar qualquer emenda à Constituição tem que conquistar 34 votos de senadores.

Como, se só o PDS tem 35 que mantém seus mandatos? CQD.